



CONSTITUIÇÃO TRANSITÓRIA DO ESPIRITISMO

I: Considerações preliminares. — II: Extrato do relatório da caixa do Espiritismo feito à Sociedade de Paris em 5 de maio de 1865. — III: Dos cismas. — IV: O chefe do Espiritismo. — V: Comitê central. — VI: Obras fundamentais da doutrina. — VII: Atribuições do comitê. — VIII: Vias e meios. — IX: Conclusão.

I

Considerações preliminares.

O Espiritismo teve, como todas as coisas, seu período de nascimento, e até que todas as questões principais e acessórias que a ele se ligam tivessem sido resolvidas, ele só pôde dar resultados incompletos. Pudemos entrever o seu objetivo, presumir-lhe as consequências, mas apenas de maneira vaga. Da incerteza sobre os pontos ainda não determinados forçosamente deveriam nascer divergências sobre a maneira de considerá-los; a unificação só poderia ser obra do tempo; ela se fez gradualmente, à medida que os princípios foram elucidados. Somente quando a doutrina tiver abarcado todas as partes que comporta é que ela formará um todo harmonioso, e só então é que poderemos julgar o que é verdadeiramente o Espiritismo.

Enquanto o Espiritismo não era mais que uma opinião filosófica, não podia haver entre os adeptos senão a simpatia natural produzida pela comunhão das ideias, mas nenhum laço sério podia existir, por falta de um programa claramente definido. Tal é, evidentemente, a principal causa da pouca coesão e estabilidade dos grupos e sociedades que se formaram. Assim, constantemente e com todas as nossas forças, dissuadimos os espíritas de fundar prematuramente qualquer instituição especial apoiada na doutrina, antes que ela estivesse assentada em bases sólidas; teria sido expor-se a revezes inevitáveis cujo efeito teria sido desastroso pela impressão que teriam produzido sobre o público e pelo desencorajamento disto resultante nos adeptos. Esses revezes talvez tivessem retardado de um século o progresso definitivo da doutrina, a cuja impotência teriam imputado um insucesso que, na realidade, não teria sido senão resultado da imprevidência. Por não saberem esperar o momento oportuno, os muito apressados e os impacientes de todas as épocas comprometeram as melhores causas*.

Não devemos pedir às coisas senão o que elas podem dar, à medida que estejam em condições de produzir; não podemos exigir de uma criança o que devemos esperar de um adulto, nem de uma árvore recentemente plantada o que ela só



produzirá quando estiver em toda a sua força. O Espiritismo, em via de elaboração, não podia dar senão resultados individuais; os resultados coletivos e gerais serão os frutos do Espiritismo completo, que se desenvolverá sucessivamente.

Embora o Espiritismo ainda não tenha dito sua última palavra sobre todos os pontos, ele se aproxima de sua completude, e não está longe o momento em que será preciso dar-lhe uma base forte e durável, não obstante suscetível de receber todos os desenvolvimentos que circunstâncias ulteriores comportarem, e dando toda segurança aos que indagam quem lhe tomará as rédeas depois de nós.

A doutrina é, sem dúvida, imperecível, porque repousa sobre as leis da natureza e que, melhor que qualquer outra, responde às legítimas aspirações dos homens; entretanto sua difusão e sua instalação definitiva podem ser adiantadas ou retardadas por circunstâncias, algumas das quais estão subordinadas à marcha geral das coisas, mas outras são inerentes à própria doutrina, à sua constituição e à sua organização; é destas que temos que nos ocupar especialmente no momento.

Embora a questão de fundo em tudo seja preponderante e acabe sempre por prevalecer, a questão de forma tem aqui uma importância capital; ela poderia mesmo ultrapassá-la momentaneamente a suscitar entraves e demoras, conforme a maneira pela qual fosse resolvida.

Teríamos, pois, feito uma coisa incompleta e deixado grandes embaraços para o futuro, se não tivéssemos previsto as dificuldades que podem surgir. Foi com o propósito de evitar isso tudo que elaboramos, com o concurso dos bons Espíritos que nos assistem em nossos trabalhos, um plano de organização para o qual tiramos proveito da experiência do passado, a fim de evitar os escolhos contra os quais se chocaram a maior parte das doutrinas que apareceram no mundo. Podendo este plano prestar-se a todos os desenvolvimentos que o futuro reserva, demos a essa constituição a qualificação de *transitória*.

O plano que segue foi concebido há muito tempo, porque sempre nos preocupamos com o futuro do Espiritismo; fizemo-lo pressentir em diversas circunstâncias, vagamente, é certo, mas suficientemente, para mostrar que não é hoje uma concepção nova, e que, trabalhando na parte teórica da obra, não negligenciamos o lado prático.



Antes de abordar o fundo da questão, parece-nos útil lembrar algumas passagens do relatório que apresentamos à Sociedade de Paris no dia 5 de maio de 1865, a propósito da caixa do Espiritismo, e que foi publicado na *Revista* de junho de 1865. As considerações que ele encerra se ligam diretamente ao nosso assunto, do qual elas são as preliminares indispensáveis.

* Tratamos especialmente a questão das instituições espíritas num artigo da *Revista* de julho de 1866, ao qual remetemos para mais esclarecimentos.

II

Extrato do relatório da caixa do Espiritismo feito à Sociedade de Paris em 5 de maio de 1865.

Falaram muito dos lucros que eu obtinha com as minhas obras; ninguém sério acredita realmente em meus milhões, malgrado a afirmação dos que diziam saber de boa fonte que eu tinha um estilo de vida principesco, equipagens a quatro cavalos e que em minha casa só se pisava em tapetes de Aubusson. (*Revista* de junho de 1862). A despeito do que tenham dito, além disso, o autor de uma brochura que conheceis, e que prova, por cálculos hiperbólicos, que o orçamento das minhas receitas ultrapassa a lista civil do mais poderoso soberano da Europa, porque, só na França, vinte milhões de espíritas são meus tributários (*Revista* de junho de 1863), há um fato mais autêntico do que os seus cálculos. É que jamais pedi qualquer coisa a quem quer que seja, e ninguém jamais me deu nada, a mim pessoalmente; numa palavra, *não vivo às custas de ninguém*, pois que, das somas que me foram voluntariamente confiadas no interesse do Espiritismo, nenhuma parcela foi desviada em meu proveito*.

* Essas somas se elevavam, naquela época, a 14.100 *francos*, cujo emprego, em proveito exclusivo da doutrina, está justificado nas contas.

Minhas imensas riquezas proviriam, pois, de minhas obras espíritas. Embora essas obras tenham tido um sucesso inesperado, basta ter poucas noções de negócios de livraria para saber que não é com livros filosóficos que se amontoam milhões em cinco ou seis anos, quando se tem sobre a venda direitos autorais de apenas alguns centimos por exemplar. Mas, muito ou pouco, sendo esse produto o fruto de meu trabalho, ninguém tem o direito de se imiscuir no emprego que dele faço, mesmo



que se elevasse a milhões, considerando-se que a venda dos livros, assim como a assinatura da *Revista*, é facultativa e não é imposta *em qualquer circunstância*, nem mesmo para assistir às sessões da Sociedade: ninguém tem nada com isso. Comercialmente falando, estou na posição de todo homem que colhe o fruto de seu trabalho; corro o risco de todo escritor, que pode vencer como pode fracassar*.

* Aos que perguntaram por que vendíamos os nossos livros em vez de dá-los, respondemos que o faríamos, se tivéssemos encontrado impressor que no-los imprimisse de graça, um negociante que fornecesse o papel grátis, livreiros que não exigissem nenhuma comissão para distribuí-los, uma administração dos correios que os transportasse por filantropia etc. Enquanto esperamos, como não temos milhões para cobrir esses encargos, somos obrigados a lhes atribuir um preço.

Posto que, sob esse ponto de vista, eu não tenha contas a prestar, creio útil, pela própria causa à qual me votei, dar algumas explicações.

Para começar, direi que não sendo as minhas obras minha propriedade exclusiva, sou obrigado a comprá-las do meu editor e a pagá-las como um livreiro, com exceção da *Revista*; que o lucro se acha singularmente diminuído pelas obras que não são vendidas e pelas distribuições gratuitas, feitas no interesse da doutrina, a pessoas que sem isto delas estariam privadas. Um cálculo muito simples prova que o preço de dez volumes perdidos ou doados, que não deixo de pagar, basta para absorver o lucro de cem volumes. Isto seja dito à guisa de informação e entre parênteses. Tudo somado e feito o balanço, contudo resta alguma coisa. Imaginai a cifra que quizerdes. O que faço com ela? Isto é o que mais preocupa certas criaturas.

Quem quer que outrora tenha visto a nossa intimidade e a veja hoje, pode atestar que nada mudou em nossa maneira de viver depois que passei a ocupar-me do Espiritismo. Ela é agora tão simples quanto era outrora. Então é certo que os meus lucros, por enormes que sejam, não servem para nos dar os prazeres do luxo. Será que eu teria a mania de entesourar para ter o prazer de contemplar meu dinheiro? Não penso que o meu caráter e os meus hábitos jamais tenham podido fazê-lo supor. Por que as coisas são assim? Considerando-se que disso não tiro proveito, quanto mais fabulosa a soma, mais embaraçosa a resposta. Um dia saberão a cifra exata, assim como o emprego detalhado, e os criadores de histórias poderão economizar a imaginação. Hoje limito-me a alguns dados gerais, para pôr um freio



em suposições ridículas. Para tanto, devo entrar nalguns detalhes íntimos, pelo que vos peço perdão, mas que são necessários.

Em todos os tempos temos tido de que viver muito modestamente, é certo, mas o que teria sido pouco para certa gente nos bastava, graças aos nossos gostos e aos nossos hábitos de ordem e de economia. À nossa pequena renda vinha juntar-se o produto das obras que publiquei antes do Espiritismo, e o de um modesto emprego que tive de deixar quando os trabalhos da doutrina absorveram todo o meu tempo.

Tirando-me da obscuridade, o Espiritismo veio lançar-me numa nova via; em pouco tempo vi-me arrastado num movimento que estava longe de prever. Quando concebi a ideia do *Livro dos Espíritos*, minha intenção era não me pôr em evidência e ficar incógnito; mas, logo ultrapassado, isto me foi impossível: tive que renunciar à minha solitude, sob pena de abdicar a obra empreendida e que crescia dia a dia. Foi-me preciso seguir o seu impulso e tomar-lhe as rédeas. Se meu nome tem agora alguma popularidade, não fui eu, certamente, que a busquei, pois é notório que não a devo nem à propaganda, nem à camaradagem da imprensa, e que jamais me aproveitei de minha posição e de minhas relações para me lançar na sociedade, quando isto teria sido fácil. Mas, à medida que a obra crescia, um horizonte mais vasto se desenrolava à minha frente, cujos limites recuavam. Compreendi, então, a imensidade de minha tarefa e a importância do trabalho que me restava a fazer para completá-la. Longe de me apavorar, as dificuldades e os obstáculos redobram a minha energia; vi o objetivo, e resolvi atingi-lo com a assistência dos bons Espíritos. Eu sentia que não tinha tempo a perder e não o perdi nem em visitas inúteis, nem em cerimônias ociosas. Foi a obra de minha vida; a ela dei todo o meu tempo; a ela sacrifiquei o meu repouso, a minha saúde, porque o futuro estava escrito diante de mim em caracteres irrefutáveis.

Sem nos afastarmos do nosso gênero de vida, essa posição excepcional não deixou de criar-nos necessidades às quais apenas meus recursos não permitiam prover. Seria difícil imaginar a multiplicidade de gastos que ela determina, e que sem isso eu teria evitado.

Ora! senhores, o que me proporcionou essa suplementação de recursos foi o produto de minhas obras. Eu digo com satisfação que foi com o meu próprio trabalho, com o fruto de minhas vigílias que provi, pelo menos na maior parte, as necessidades materiais da instalação da doutrina. Eu trouxe, assim, uma grande quota-parte à caixa do Espiritismo. Os que ajudam na propagação das obras não



poderão, assim, dizer que trabalham para me enriquecer, pois o produto de todo livro comprado, de toda assinatura da *Revista*, beneficia a doutrina e não um indivíduo.

Prover o presente não era tudo; também era preciso pensar no futuro e preparar uma fundação que, depois de mim, pudesse ajudar aquele que me substituirá na grande tarefa que terá de cumprir. Essa fundação, sobre a qual me devo calar ainda, se liga à propriedade que possuo, e é em vista disso que eu aplico uma parte de meus rendimentos em melhorá-la. Como estou longe dos milhões com que me gratificaram, duvido muito que, a despeito de minhas economias, meus recursos pessoais jamais me permitam dar a essa fundação o complemento que lhe queria dar em minha vida; mas, considerando-se que sua realização está nos planos de meus guias espirituais, se eu mesmo não o fizer, é provável que algum dia isto seja feito. Enquanto espero, elaboro os seus planos.

Longe de mim, senhores, o pensamento de envaidecer-me pelo que vos acabo de expor; foi necessária a persistência de certas diatribes para me levar, embora com pesar, a romper o silêncio sobre alguns fatos que me concernem. Mais tarde, todos aqueles que a malevolência houve por bem desnaturar serão trazidos à luz por documentos autênticos — mas o momento dessas explicações ainda não chegou; a única coisa que me importava no momento era que ficásseis esclarecidos sobre o destino dos fundos que a Providência fez passar por minhas mãos, fosse qual fosse a origem. Não me considero senão depositário, mesmo daqueles que ganho, e, com mais forte razão, daqueles que me são confiados.

Alguém me perguntava um dia, sem curiosidade, bem entendido, e por puro interesse pela causa, o que eu faria de um milhão, se o tivesse. Respondi que hoje o emprego seria completamente diferente do que teria sido no princípio. Outrora eu teria feito propaganda por uma ampla publicidade; agora reconheço que isso teria sido inútil, pois os nossos adversários disto se encarregaram às suas custas. Não pondo, então, grandes recursos à minha disposição para esse objetivo, os Espíritos quiseram provar que o Espiritismo devia seu sucesso à sua própria força.

Hoje, que o horizonte se alargou, que sobretudo o futuro se desdobrou, necessidades de uma outra ordem se fazem sentir. Um capital como o que supondes teria um emprego mais útil. Sem entrar em detalhes que seriam prematuros, direi apenas que uma parte serviria para converter minha propriedade numa casa especial de retiro espírita cujos habitantes colheriam os benefícios de



nossa doutrina moral; a outra para constituir uma renda *inalienável* destinada: 1.º — à manutenção do estabelecimento; 2.º — para assegurar uma existência independente àquele que me suceder e àqueles que o ajudarem em sua missão; 3.º — para atender às necessidades correntes do Espiritismo, sem os riscos de produtos eventuais, como sou obrigado a fazer, pois a maior parte de seus recursos repousa em meu trabalho, que terá um termo.

Eis o que eu faria. Mas se esta satisfação não me é dada, sei que, de uma maneira ou de outra, os Espíritos que dirigem o movimento proverão a todas as necessidades em tempo útil. Eis por que absolutamente não me inquieto com isto, e me ocupo com o que é para mim a coisa essencial: o término dos trabalhos que me restam a concluir. Feito isto, partirei quando a Deus aprover chamar-me.

III Dos cismas.

Uma questão que se apresenta logo de saída ao pensamento é a dos cismas que poderão nascer no seio da doutrina. O Espiritismo deles será preservado?

Certamente não, porque ele terá, sobretudo no começo, que lutar contra as ideias pessoais, sempre absolutas, tenazes, demoradas para se ligarem às ideias de outrem, e contra a ambição daqueles que, a despeito de tudo, querem ligar seu nome a uma inovação qualquer; que criam novidades unicamente para poder dizer que não pensam e não fazem como os outros; ou porque o seu amor-próprio sofre por só ocuparem um lugar secundário; ou, enfim, que veem com despeito um outro fazer o que não fizeram e, além disso, triunfar. Mas como lhes temos dito centenas de vezes: “Quem vos barra o caminho? Quem vos impede de trabalhar pelo vosso lado? Quem vos proíbe de publicar as vossas obras? A publicidade vos está aberta como a todo o mundo; dai qualquer coisa de melhor do que o que aí está, pois ninguém a isto se opõe; sede mais apreciados pelo público, e ele vos dará a preferência.”

Se o Espiritismo não pode escapar às fraquezas humanas, com as quais sempre é preciso contar, pode paralisar as suas consequências, e é o essencial.

É evidente que os numerosos sistemas divergentes que surgiram na origem do Espiritismo, sobre a maneira de explicar os fatos, desapareceram à medida que a doutrina se completava pela observação e por uma teoria racional; é difícil que hoje



esses primeiros sistemas ainda encontrem alguns raros partidários. Aí está um fato notório, do qual se pode concluir que as últimas divergências apagar-se-ão com a completa elucidação de todas as partes da doutrina; mas haverá sempre os dissidentes de ideias preconcebidas, interesseiros, por uma causa ou por outra, em constituir grupo à parte. É contra sua pretensão que é necessário premunir-se.

Para assegurar a unidade no futuro, uma condição indispensável é que todas as partes do conjunto da doutrina estejam determinadas com precisão e clareza, sem nada deixar no vazio; para isto procedemos de maneira que os nossos escritos não deixassem espaço para a nenhuma interpretação contraditória, e nos esforçaremos para que seja sempre assim. Quando ele tiver dito claramente e sem ambiguidade que dois e dois são quatro, ninguém poderá pretender que dissemos que dois e dois são cinco. Poderão, pois, *ao lado* da doutrina, formar-se seitas que não lhe adotem os princípios, ou todos os princípios, mas não dentro da própria doutrina, pela interpretação de seu texto, como se formaram, tão numerosas, sobre o sentido das próprias palavras do Evangelho. Aí está um primeiro ponto, de uma importância capital.

O segundo ponto é não sair do círculo das ideias práticas. Se é certo que a utopia de ontem muitas vezes é a verdade de amanhã, deixemos ao amanhã o trabalho de realizar a utopia de ontem, mas não embarcemos a doutrina com princípios que seriam considerados como quimeras e que fariam que os homens positivos a rejeitassem.

O terceiro ponto, enfim, é inerente ao caráter essencialmente progressivo da doutrina. Porque ela não se embala em sonhos irrealizáveis para o presente, não se segue que no presente ela se imobilize. Exclusivamente apoiada nas leis da natureza, ela não pode variar mais que essas leis; mas, se uma nova lei for descoberta, deve a ela ligar-se. O Espiritismo não deve fechar a porta a nenhum progresso, sob pena de suicidar-se; assimilando todas as ideias reconhecidas como justas, sejam de que ordem forem, físicas ou metafísicas, ele jamais será ultrapassado, e aí está uma das principais garantias de sua perpetuidade.

Se, pois, uma seita se forma ao seu lado, baseada ou não nos princípios do Espiritismo, acontecerá de duas uma: ou essa seita estará com a verdade, ou não estará; se não estiver, cairá por si mesma, sob o ascendente da razão e do senso comum, como tantas outras já caíram ao longo dos séculos; se as ideias forem justas, ainda que só sobre um ponto, a doutrina, que procura o bem e a verdade em



toda parte em que se encontrem, as assimilará, de sorte que em vez de ser absorvida, será ela que absorverá.

Se alguns de seus membros vierem a se separar dela, é que eles acreditarão que podem fazer melhor, e se realmente fizerem melhor, ela os imitará; se fizerem maior bem, ela se esforçará por fazer outro tanto ou mais, se possível; se fizerem mais mal, ela os deixará fazer, certa de que, mais cedo ou mais tarde, o bem triunfará sobre o mal e o verdadeiro sobre o falso. Eis a única luta que ela travará.

Acrescentemos que a tolerância, consequência da caridade, que é a base da moral espírita, lhe determina respeitar todas as crenças. Querendo ser aceita livremente, por convicção e não por constrangimento, proclamando a liberdade de consciência como um direito natural imprescritível, diz ela: *Se eu tiver razão, os outros acabarão pensando como eu; se eu estiver errada, acabarei por pensar como os outros.* Em virtude destes princípios, não jogando pedra em ninguém, ela não dará qualquer pretexto a represálias, e deixará aos dissidentes toda a responsabilidade de suas palavras e atos.

O programa da doutrina, portanto, não será invariável senão nos princípios que passaram ao estado de verdades constatadas; quanto aos outros, ela não os admitirá, como sempre fez, senão a título de hipóteses, até a confirmação. Se lhe for demonstrado que está errada num ponto, ela se modificará nesse ponto.

A verdade absoluta é eterna, e por isto mesmo invariável; mas quem se pode gabar de possuí-la toda inteira? No estado de imperfeição dos nossos conhecimentos, o que hoje nos parece falso, amanhã pode ser reconhecido como verdadeiro, por força da descoberta de novas leis; é assim que as coisas acontecem tanto na ordem moral como na ordem física. É contra esta eventualidade que a doutrina jamais deve achar-se desprevenida. O princípio progressivo, que ela inscreve no seu código, será, como dissemos, a salvaguarda de sua perpetuidade, e sua unidade será mantida precisamente porque não repousa sobre o princípio da imobilidade. A imobilidade, em vez de ser uma força, torna-se a causa de fraqueza e de ruína para quem não segue o movimento geral. Ela rompe a unidade, porque aqueles que querem avançar se separam dos que se obstinam em ficar para trás. Mas, acompanhando o movimento progressivo, é preciso fazê-lo com prudência e guardar-se de baixar a cabeça aos sonhos das utopias e dos sistemas. É preciso fazê-lo a tempo, nem muito cedo nem muito tarde, e com conhecimento de causa.



Compreende-se que uma doutrina assente em tais bases deve ser realmente forte; ela desafia toda concorrência e neutraliza as pretensões de seus competidores. É para este ponto que os nossos esforços tendem a conduzir a doutrina espírita.

Ademais, a experiência já justificou esta previsão. Tendo a doutrina trilhado este caminho desde a sua origem, ela avançou constantemente, mas sem precipitação, observando sempre se o terreno onde põe os pés é sólido, e medindo os passos pelo estado da opinião. Ela fez como o navegador que não avança senão com a sonda na mão e consultando os ventos.

IV

O chefe do Espiritismo.

Mas quem será encarregado de manter o Espiritismo nessa via? Quem terá mesmo a força? Quem terá o tempo disponível e a perseverança para dedicar-se ao trabalho incessante que exige semelhante tarefa? Se o Espiritismo for entregue a si mesmo, sem guia, não é de temer que ele se desvie de sua rota? Que a malevolência, a que por muito tempo ainda estará exposto, não se esforce por lhe desnaturar o espírito? Com efeito, aqui está uma questão vital cuja solução é do maior interesse para o futuro da doutrina.

A necessidade de uma direção central superior, guardiã vigilante da unidade progressiva e dos interesses gerais da doutrina, é de tal modo evidente que já se inquietam por não ver ainda um condutor surgir no horizonte. Compreende-se que, sem uma autoridade moral capaz de centralizar os trabalhos, os estudos e as observações, de dar o impulso, de estimular o zelo, de defender o fraco, de amparar as coragens vacilantes, de ajudar com os conselhos da experiência, de fixar a opinião sobre os pontos incertos, o Espiritismo correria o risco de navegar à deriva. Não só essa direção é necessária, mas é preciso que ela tenha força e estabilidade suficientes para enfrentar as tempestades.

Aqueles que não querem qualquer autoridade não compreendem os verdadeiros interesses da doutrina. Se alguns pensam poder dispensar qualquer direção, a maioria, aqueles que não creem em sua infalibilidade e não têm uma confiança absoluta em suas próprias luzes, sentem necessidade de um apoio, de um guia, mesmo que fosse apenas para ajudá-los a avançar com mais firmeza e segurança. (Vide *Revista* de abril de 1866: *O Espiritismo independente*.)



Estabelecida a necessidade de uma direção, de quem o chefe receberia os poderes? Será ele aclamado pela universalidade dos adeptos disseminados pelo mundo inteiro? É uma coisa impraticável. Se ele se impuser por sua autoridade privada, será aceito por uns, rejeitado por outros e vinte pretendentes podem surgir erguendo bandeira contra bandeira; seria ao mesmo tempo o despotismo e a anarquia. Semelhante ato seria próprio de um ambicioso, e ninguém seria menos adequado que um ambicioso, e por isto mesmo orgulhoso, para dirigir uma doutrina baseada na abnegação, no devotamento, no desinteresse e na humildade; colocado fora do princípio fundamental da doutrina, ele não poderia senão falsear-lhe o espírito. É o que inevitavelmente aconteceria se ele não tivesse previamente tomado medidas eficazes para evitar esse inconveniente.

Admitamos, entretanto, que um homem reúna todas as qualidades requeridas para o desempenho de seu mandado, e que chegue à direção superior por uma via qualquer: os homens se sucedem, mas não se assemelham; depois de um homem bom pode vir um mau; com o indivíduo pode mudar o espírito da direção; sem maus propósitos, ele pode ter pontos de vista mais ou menos justos; se quiser fazer prevalecer suas ideias pessoais, ele pode deturpar a doutrina, suscitar divisões, e as mesmas dificuldades renovar-se-ão a cada mudança. É preciso não perder de vista que o Espiritismo ainda não está na plenitude de sua força do ponto de vista da organização. Ele é uma criança que apenas começa a andar. Importa, pois, sobretudo no começo, premuni-lo contra as dificuldades do caminho.

Mas, perguntarão, um dos messias anunciados que devem tomar parte na regeneração, não estará à testa do Espiritismo? É provável, mas como eles não trarão na testa uma marca para se fazerem reconhecer, e como só se afirmarão *por seus atos*, e não serão reconhecidos como tais pela maioria senão depois de sua morte, conforme o que tiverem feito durante a vida; como, além disto, não haverá messias perpétuos, é preciso prever todas as eventualidades. Sabemos que sua missão será múltipla; que haverá messias em todos os degraus da escala e nos diversos ramos da economia social, onde cada um exercerá sua influência em proveito das ideias novas, conforme a especialidade de sua posição; todos trabalharão, pois, para o estabelecimento da doutrina, seja numa parte, seja noutra, uns como chefes de Estado, outros como legisladores, como magistrados, cientistas, literatos, oradores, industriais etc.; cada um dará provas de si mesmo no seu ramo, desde o proletário até o soberano, *sem que nada além das suas obras o distingam do comum dos homens*. Se um deles deve tomar parte na direção administrativa do Espiritismo, é provável que providencialmente seja colocado em



condições de aí chegar pelos meios legais que forem adotados. Circunstâncias aparentemente fortuitas para lá o conduzirão, sem desígnio premeditado de sua parte, sem que ele tenha consciência da missão. (*Revista espírita*: “Os messias do Espiritismo”, fevereiro e março de 1868.)

Em semelhante caso, o pior de todos os chefes seria aquele que se desse por eleito de Deus. Como não é racional admitir que Deus confie tais missões a ambiciosos ou orgulhosos, as virtudes características de um verdadeiro messias devem ser, antes de tudo, a simplicidade, a humildade, a modéstia, numa palavra, o mais completo desinteresse material e moral. Ora, apenas pretensão de ser messias já seria a negação dessas qualidades essenciais, pois ela provaria, naquele que se prevalecesse de semelhante título, ou uma tola presunção, se fosse de boa-fé, ou uma notável impostura. Não faltarão intrigantes, pseudoespíritas que se queiram elevar pelo orgulho, pela ambição ou pela cupidez; outros que alardearão pretensas revelações, com a ajuda das quais procurarão pôr-se em relevo e fascinar as imaginações muito crédulas. É preciso prever, também, que sob falsas aparências, indivíduos poderiam tentar apoderar-se do leme com a segunda intenção de afundar o barco, desviando-o de sua rota. Ele não naufragará, mas poderia experimentar desagradáveis atrasos que é preciso evitar. Eis aí, sem contestação, os maiores escolhos de que o Espiritismo se deve guardar; quanto mais consistência ele toma, mais embustes lhe criarão os seus adversários.

Portanto, é dever de todos os espíritas sinceros desviar as manobras da intriga que podem ser urdidas tanto nos menores quanto nos maiores centros. Eles deverão logo de saída repudiar do modo mais absoluto quem quer que pessoalmente se apresentasse como um messias, quer como chefe do Espiritismo, quer como simples apóstolo da doutrina. Conhece-se a árvore pelo seu fruto. Esperai, pois, que ela tenha dado frutos antes de julgar se é boa, e olhai ainda se os frutos não estão bichados. (*O Evangelho segundo o Espiritismo*, Cap. XXI, n.º 9: “Caracteres do verdadeiro profeta”).

Alguém com quem conversávamos a esse respeito, propunha o seguinte expediente: fazer designar os candidatos pelos próprios Espíritos em cada grupo ou sociedade espírita. Além deste meio não evitar todos os inconvenientes, haveria outros especiais nesse modo de proceder, que a experiência já demonstrou e que seria supérfluo aqui lembrar. Não se deve perder de vista que a missão dos Espíritos é de instruir-nos, de melhorar-nos, mas não de tirar a iniciativa do nosso livre-arbítrio. Eles nos sugerem pensamentos, ajudam-nos com seus conselhos,



sobretudo no que concerne às questões morais, mas deixam ao nosso arbítrio o cuidado da execução das coisas materiais que eles não têm a missão de nos poupar. Em seu mundo, eles têm atribuições que não são as daqui debaixo; pedir-lhes o que está fora de suas atribuições, é expor-se às trapaças dos Espíritos levianos. Que os homens se contentem em serem assistidos e protegidos por bons Espíritos, mas que não descarreguem sobre eles a responsabilidade que incumbe aos encarnados.

Ademais, esse meio suscitaria mais embaraços do que se pensa, pela dificuldade de fazer todos os grupos participarem dessa eleição; seria uma complicação nas engrenagens, e quanto mais simplificadas forem as engrenagens, tanto menos susceptíveis elas serão de desorganizar-se.

O problema é, pois, constituir uma direção central, em condições de força e de estabilidade que a ponham ao abrigo das flutuações; que respondam a todas as necessidades da causa e que oponham uma barreira absoluta às manobras da intriga e da ambição. Tal é o objetivo do plano, do qual vamos dar um rápido esboço.

V

Comitê central.

Durante o período de elaboração, a direção do Espiritismo teve que ser individual; era necessário que todos os elementos constitutivos da doutrina, que saíram em estado de embriões de uma infinidade de focos, chegassem a um centro comum, para aí serem examinados e cotejados, e que um só pensamento presidisse à sua coordenação, para estabelecer a unidade no conjunto e a harmonia em todas as partes. Se tivesse sido de outro modo, a doutrina ter-se-ia assemelhado a esses edifícios híbridos projetados por vários arquitetos, ou a um mecanismo cujas engrenagens não se ajustam umas às outras com precisão.

Nós o dissemos, porque é uma incontestável verdade, hoje claramente demonstrada, que a doutrina não podia sair, em todas as peças, de um único centro, como toda a ciência astronômica de um só observatório. Todo centro que tivesse tentado constituí-la só com as suas observações, teria feito algo de incompleto e ter-se-ia achado, numa infinidade de pontos, em contradição com os outros. Se mil centros tivessem querido fazer a sua doutrina, não teria havido duas iguais em todos os pontos. Se elas estivessem de acordo quanto ao conteúdo, inevitavelmente



difeririam quanto à forma. Ora, como há muita gente que vê a forma de preferência ao conteúdo, teria havido tantas seitas quantas formas diferentes. A unidade não poderia sair senão do conjunto e da comparação de todos os resultados parciais. Eis por que a concentração dos trabalhos era necessária (*A Gênese*, Cap. 1. “Caracteres da revelação espírita”, n.º 51 e seguintes).

Mas o que era uma vantagem numa época, mais tarde tornar-se-ia um inconveniente. Hoje, que o trabalho de elaboração está terminado, no que concerne às questões fundamentais; que estão estabelecidos os princípios gerais da ciência, a direção, de individual que teve de ser no começo, deve tornar-se coletiva, primeiramente porque vem um momento em que seu peso excede as forças de um homem, e em segundo lugar porque há mais garantia para a manutenção da unidade numa reunião de indivíduos, cada um dos quais tem apenas a sua voz no capítulo, e onde ninguém nada pode sem o concurso dos outros do que num só, que pode abusar de sua autoridade e querer fazer predominarem suas ideias pessoais.

Em vez de um chefe único, a direção será entregue a um *comitê central* ou *conselho superior permanente* — o nome pouco importa — cuja organização e atribuições serão definidos de maneira a nada deixar ao arbítrio de um só. Esse comitê será composto de doze membros titulares, no máximo, os quais deverão, para tanto, reunir certas condições indispensáveis, e um número igual de conselheiros. Conforme as necessidades, ele poderá ser secundado por membros auxiliares ativos. Ele se completará por si mesmo, segundo regras igualmente determinadas, de forma a evitar todo favoritismo, à medida das vacâncias por falecimento ou por outras causas. Uma disposição especial estabelecerá a forma de nomeação dos primeiros doze.

Cada membro presidirá durante um ano, e aquele que desempenhará essa função será designado por sorteio.

A autoridade do presidente é puramente administrativa; ele dirige as deliberações do comitê e superintende a execução dos trabalhos e a administração do expediente. Mas, fora das atribuições que lhe são conferidas pelos estatutos constitutivos, ele não pode tomar qualquer decisão sem o concurso do comitê. Portanto, impossíveis os abusos, nenhum incentivo à ambição, nenhum pretexto para intrigas ou ciúmes, nada de supremacia chocante.



O comitê ou conselho superior será, pois, a cabeça, o verdadeiro chefe do Espiritismo, chefe coletivo que nada pode sem o assentimento da maioria e, em certos casos, sem o de um congresso ou assembleia geral. Suficientemente numeroso para se esclarecer pela discussão, não o será bastante para que aí haja confusão.

Os congressos serão constituídos por delegados das sociedades particulares regularmente constituídas e colocadas sob o patrocínio do comitê por sua adesão e pela conformidade de seus princípios.

Com referência aos adeptos, a aprovação ou a desaprovação, o consentimento ou a recusa, as decisões, numa palavra, de um corpo constituído que representa uma opinião coletiva, terão forçosamente uma autoridade que jamais teriam se emanassem de um só indivíduo que representaria apenas uma opinião pessoal. Muitas vezes rejeitamos a opinião de um só e nos julgamos humilhados ao nos submetemos a ela, ao passo que aceitamos sem dificuldade a opinião de muitos.

É claro que aqui se trata de uma autoridade moral, no que concerne à interpretação e à aplicação dos princípios da doutrina, e não de um poder disciplinar qualquer. Essa autoridade será, em matéria de Espiritismo, o que é a de uma Academia em matéria de ciência.

Para o público estranho, um corpo constituído tem mais ascendente e preponderância; contra os adversários, sobretudo, ele apresenta uma força de resistência e possui meios de ação que um indivíduo não poderia ter; ele luta infinitamente com mais vantagem. Uma individualidade pode ser atacada e destruída; não se dá o mesmo com um ser coletivo.

Num ser coletivo há igualmente uma garantia de estabilidade que não existe quando tudo repousa numa única cabeça; se o indivíduo for impedido por uma causa qualquer, tudo pode ser entravado. Ao contrário, um ser coletivo se perpetua incessantemente; se perder um ou vários de seus membros, nada periclita.

Dir-se-á que a dificuldade será reunir, de maneira permanente, doze pessoas que estejam sempre de acordo.

O essencial é que estejam de acordo quanto aos princípios fundamentais; ora, isto será uma condição absoluta para sua admissão, como a de todos os participantes



da direção. Sobre as questões acessórias, pouco importa sua divergência, pois é a opinião da maioria que prevalece. Para aquele cuja maneira de ver é justa, não faltarão boas razões para justificá-la. Se um deles, contrariado por não poder fazer que suas ideias sejam admitidas, se retirasse, nem por isso as coisas deixariam de seguir o seu curso e não haveria motivo para lamentá-lo, pois ele daria prova de uma susceptibilidade orgulhosa pouco espírita que poderia tornar-se uma causa de perturbação.

A causa mais comum de divisão entre cointeressados é o conflito de interesses e a possibilidade de um suplantar outro em seu proveito. Esta causa não tem a menor razão de ser quando o prejuízo de um não pode beneficiar os outros, que são solidários e não podem senão perder, em vez de ganhar, pela desunião. Isto é uma questão de detalhe prevista na organização.

Admitamos que entre eles se ache um falso irmão, um traidor, ganho pelos inimigos da causa. O que poderia ele, se não tem senão sua voz nas decisões? Suponhamos que, embora quase impossível, o comitê inteiro enveredasse por um mau caminho: as assembleias gerais aí estariam para pôr as coisas em ordem.

O controle dos atos da administração estará nas assembleias, que poderão decretar a censura ou uma acusação contra o comitê central, por causa da infração de seu mandato, do desvio dos princípios reconhecidos, ou das medidas prejudiciais à doutrina. É por isto que ela apelará às assembleias nas circunstâncias em que julgar que a sua responsabilidade poderia ser gravemente comprometida.

Se, pois, as assembleias são um freio para o comitê, este adquire uma nova força em sua aprovação. É assim que esse chefe coletivo depende, em definitivo, da opinião geral e não pode, sem perigo para si mesmo, afastar-se do reto caminho.

Quando o comitê for organizado, dele faremos parte a título de simples membro, tendo nossa parcela de colaboração, sem reivindicar para nós nem supremacia, nem título, nem qualquer privilégio.

Às atribuições gerais do comitê serão anexados, como dependências locais:

1.º — Uma *biblioteca* onde estarão reunidas todas as obras que interessam ao Espiritismo, e que poderão ser consultadas no local ou cedidas por empréstimo, para leitura;



2.º — Um museu, onde serão reunidas as primeiras obras da arte espírita, os trabalhos mediúnicos mais notáveis, os retratos dos adeptos que tenham merecido essa distinção por seu devotamento à causa, os dos homens que o Espiritismo honra, embora estranhos à doutrina, como benfeitores da humanidade, grandes gênios missionários do progresso etc.^[4]

3.º — Um *dispensário* destinado às consultas médicas *gratuitas* e ao tratamento de certas afecções, sob a direção de um médico diplomado;

4.º — Uma caixa de socorro e previdência, em condições práticas;

5.º — Uma casa de retiro;

6.º — Uma sociedade de adeptos com sessões regulares.

O futuro museu já possui oito quadros de grandes dimensões, que só esperam um local conveniente, verdadeiras obras-primas da Arte, especialmente executadas em vista do Espiritismo, por um artista de renome que generosamente as ofereceu à doutrina. É a inauguração da arte espírita por um homem que reúne a fé sincera ao talento dos grandes mestres. Em tempo hábil daremos sua descrição detalhada.

VI

Obras fundamentais da doutrina.

Muitas pessoas lamentam que as obras fundamentais da doutrina tenham um preço muito alto para grande número de leitores, e pensam, com razão, que se fossem feitas edições populares a baixo custo, elas estariam muito mais espalhadas, com o que ganharia para doutrina.

Estamos completamente de acordo, mas as condições em que são editadas não permitem que seja de outro modo, no estado atual das coisas. Esperamos chegar um dia a esse resultado, com o auxílio de uma nova combinação compatível com o plano geral de organização, mas essa operação não pode ser realizada se não for empreendida em larga escala. Apenas de nossa parte ela exigiria capitais que não possuímos, bem como cuidados materiais que os nossos trabalhos, que reclamam todas as nossas meditações, não nos permitem dar. Assim, a parte comercial propriamente dita foi negligenciada, ou melhor, sacrificada ao estabelecimento da



parte doutrinária. O que importava, antes do tudo, era que as obras fossem feitas e assentadas as bases da doutrina.

Quando a doutrina for organizada pela constituição do comitê central, nossas obras tornar-se-ão propriedade do Espiritismo em nome desse mesmo comitê, que terá a sua gerência e dará os necessários cuidados à sua publicação por meios mais próprios para popularizá-las. Ele deverá igualmente ocupar-se de sua tradução para as principais línguas estrangeiras.

A *Revista* foi, até hoje, e não podia ser senão uma obra pessoal, tendo em vista que ela faz parte de nossas obras doutrinárias, servindo aos anais do Espiritismo. É aí que todos os princípios novos são elaborados e postos em estudo. Era, pois, necessário que ela conservasse o seu caráter individual, para o estabelecimento da unidade.

Muitas vezes solicitaram que a editássemos em intervalos menores. Por mais lisonjeiro que nos fosse tal desejo, não pudemos aceder, em primeiro lugar porque o tempo material não nos permitia essa sobrecarga de trabalho, e em segundo lugar porque ela não devia perder o seu caráter essencial, que não é o de um jornal propriamente dito.

Hoje que a nossa obra pessoal se aproxima de seu termo, as necessidades não são mais as mesmas; a *Revista* tornar-se-á, como as nossas obras feitas e por fazer, propriedade coletiva do comitê, que tomará a sua direção, para maior utilidade do Espiritismo, sem que por isto renunciemos a lhe dar a nossa colaboração.

Para completar a obra doutrinária, resta-nos publicar várias obras, que não são a sua parte menos difícil, nem a menos penosa. Embora possuamos todos os seus elementos e o programa esteja traçado até o último capítulo, poderíamos dar-lhes cuidados mais assíduos e ativá-las se, pela instituição do comitê central, estivéssemos livres de detalhes que absorvem grande parte do nosso tempo.

VII Atribuições do comitê.

As principais atribuições do comitê central serão:



- 1.º — O cuidado dos interesses da doutrina e sua propagação; a manutenção de sua unidade pela conservação da integridade dos princípios reconhecidos; o desenvolvimento de suas consequências;
- 2.º — O estudo dos princípios novos, susceptíveis de entrar no corpo da doutrina;
- 3.º — A concentração de todos os documentos e informações que possam interessar ao Espiritismo;
- 4.º — A correspondência;
- 5.º — A manutenção, a consolidação e a extensão dos laços de fraternidade entre os adeptos e as sociedades particulares dos vários países;
- 6.º — A direção da *Revista*, que será o jornal oficial do Espiritismo, e à qual poderá juntar-se outra publicação periódica;
- 7.º — O exame e a apreciação das obras, artigos de jornais e todos os escritos que interessam à doutrina. A refutação dos ataques, se for o caso;
- 8.º — A publicação das obras fundamentais da doutrina, nas condições mais adequadas à sua vulgarização. A confecção e a publicação das que nós daremos o plano e que não tivermos tempo de fazer em nossa vida. Os encorajamentos dados às publicações que puderem ser úteis à causa;
- 9.º — A fundação e a conservação da biblioteca, dos arquivos e do museu;
- 10.º — A administração da caixa de socorro, do dispensário e da casa de retiro;
- 11.º — A administração dos negócios materiais;
- 12.º — A direção das sessões da Sociedade;
- 13.º — O ensino oral;
- 14.º — As visitas e instruções às reuniões e sociedades particulares que se colocarem sob seu patrocínio;



15.º — A convocação dos congressos e assembleias gerais.

Essas atribuições serão repartidas entre os diversos membros do comitê, segundo a especialidade de cada um, os quais, se necessário, serão assistidos por um número suficiente de membros auxiliares ou por simples empregados.

Em consequência, entre os membros do comitê haverá:

Um secretário geral para a correspondência e atas das sessões do comitê; Um redator-chefe para a *Revista* e as outras publicações;

Um bibliotecário arquivista, encarregado também do exame e das críticas das obras e artigos de jornais;

Um diretor da caixa de socorro, além disso encarregado da direção do dispensário, das visitas aos doentes e aos necessitados, e de tudo o que se refere à beneficência. Este será secundado por um comitê de beneficência, escolhido no seio da Sociedade, e formado de pessoas caridosas de boa vontade;

Um contador, encarregado dos negócios e interesses materiais;

Um diretor especial para os negócios concernentes às publicações;

Oradores para o ensino oral, além disso encarregados de visitar as sociedades dos Departamentos e aí dar instruções. Poderão ser escolhidos entre os membros auxiliares e os adeptos de boa vontade, que para tanto receberão uma autorização especial.

Seja qual for a extensão dos negócios e do pessoal administrativo, o comitê será sempre limitado ao mesmo número de membros titulares.

Até agora tivemos de nos bastar sozinhos a esse programa. Assim, algumas de suas partes foram negligenciadas ou apenas puderam ser esboçadas, e as que são mais especialmente da nossa competência, tiveram que sofrer inevitáveis atrasos, pela necessidade de nos ocuparmos de tantas coisas, quando o tempo e a força têm limites e uma só absorveria o tempo de um homem.

VIII



Vias e meios.

É sem dúvida desagradável ser obrigado a entrar em considerações materiais para atingir um objetivo todo espiritual, mas é preciso observar que a própria espiritualidade da obra se prende à questão da Humanidade terrena e de seu bemestar; que não se trata mais apenas da difusão de algumas ideias filosóficas, mas de fundar alguma coisa de positivo e durável, para a extensão e a consolidação da doutrina que deve produzir os frutos que ela é suscetível de dar.

Imaginar que ainda estamos nos tempos em que alguns apóstolos podiam pôr-se a caminho com o cajado de viagem, sem preocupação com a hospedagem e o pão cotidiano, seria uma ilusão logo desfeita por uma amarga decepção. Para fazer algo de sério, é preciso que nos submetamos às necessidades impostas pelos costumes da época em que vivemos. Essas necessidades são muito diferentes daquelas dos tempos patriarcais. O próprio interesse do Espiritismo exige, pois, que calculemos os meios de ação para não sermos detidos no meio do caminho. Calculemos, pois, já que estamos num século em que é preciso contar.

As atribuições do comitê central serão bastante numerosas, como podemos ver, por necessitar uma verdadeira administração. Tendo cada membro funções ativas e assíduas, se não nos tornássemos senão homens de boa vontade, os trabalhos poderiam sofrer com isso, porque ninguém teria direito de censurar os negligentes. Para a regularidade dos trabalhos e do expediente, é necessário ter homens com cuja assiduidade se possa contar, e cujas funções não sejam simples atos de complacência. Quanto mais independência eles tiverem por seus recursos pessoais, menos eles ficarão adstritos a ocupações assíduas; se não as tiverem, poderão dar o seu tempo. É preciso, pois, que sejam recompensados, assim como o pessoal administrativo. Com isso a doutrina ganhará em força, estabilidade, pontualidade, ao mesmo tempo que será um meio de prestar serviço a pessoas que dele poderiam ter necessidade.

Um ponto essencial na economia de toda administração previdente é que sua existência não repousa sobre produtos eventuais que podem faltar, mas sobre recursos fixos, regulares, de maneira que sua marcha, aconteça o que acontecer, não possa ser travada. É necessário, portanto, que as pessoas chamadas a dar o seu concurso não possam conceber qualquer inquietação pelo futuro. Ora, a experiência demonstra que devemos considerar como aleatórios os recursos que não se baseiam senão no produto de cotizações, sempre facultativas, sejam quais



forem os compromissos assumidos, e de uma cobertura muitas vezes difícil. Assentar as despesas permanentes e regulares em recursos eventuais, seria uma falta de previdência que um dia poderíamos lamentar. Sem dúvida as consequências são menos graves quando se trata de fundações temporárias que duram o tempo que podem. Mas aqui é uma questão do futuro. A sorte de uma administração como esta não pode estar subordinada aos riscos de um negócio comercial; ela deve ser, desde o começo, tão florescente, pelo menos tão estável quanto será daqui a um século.

Quanto mais sólida for a sua base, menos exposta estará aos golpes da intriga.

Em semelhante caso, a mais vulgar prudência quer que capitalizemos os recursos de maneira inalienável, à medida que eles chegarem, a fim de constituir um rendimento perpétuo, ao abrigo de todas as eventualidades. Quando a administração regula suas despesas pelo rendimento, sua existência não ficará comprometida em caso algum, porquanto ela sempre terá meios para funcionar. Inicialmente, ela pode ser organizada numa escala menor; os membros do comitê provisoriamente podem limitar-se a cinco ou seis, o pessoal e os gastos administrativos reduzidos ao mínimo possível, com a condição mínima de proporcionarem o desenvolvimento pelo incremento dos recursos para cobertura dos gastos considerados indispensáveis.

Pessoalmente, e embora parte ativa do comitê, não constituiremos sobrecarga ao orçamento, nem por emolumentos, nem por indenização de viagens, nem por uma causa qualquer. Se jamais pedimos algo para nós, ainda menos o faríamos nesta circunstância; nosso tempo, nossa vida, todas as nossas forças físicas e intelectuais pertencem à doutrina. Declaramos, pois, formalmente, que nenhuma parte dos recursos de que disporá o comitê será desviada em nosso proveito.

Ao contrário, a ele trazemos nossa quota-parte:

1.º — Pela cessão do lucro de nossas obras, feitas e por fazer; 2.º — Pelo aporte de valores mobiliários e imobiliários.

Assim, fazemos votos para a realização do nosso plano, no interesse da doutrina, e não para criarmos uma posição para nós, da qual não necessitamos. Foi para preparar os caminhos desta instalação que até hoje consagramos o produto de nossos trabalhos, como dissemos acima. Se nossos meios pessoais não nos



permitem fazer mais, pelo menos teremos a satisfação de nela haver posto a primeira pedra.

Suponhamos então que de alguma forma o comitê central, num dado tempo, esteja em condições de funcionar, o que pressupõe um rendimento de 25 a 30 mil francos, restringindo-se, inicialmente, os recursos de toda natureza de que ela disporá em capitais e produtos eventuais que constituirão a *Caixa Geral do Espiritismo*, a qual será objeto de uma rigorosa contabilidade. Sendo reguladas as despesas obrigatórias, o excedente da renda aumentará o fundo comum. É proporcionalmente aos recursos desse fundo que o comitê proverá as diversas despesas úteis ao desenvolvimento da doutrina, sem que jamais possa dele tirar proveito pessoal, nem transformá-lo em fonte de especulação para qualquer de seus membros. O emprego dos fundos e a contabilidade serão, além disto, submetidos a verificação por comissários especiais, para esse efeito delegados pelos congressos ou assembleias gerais.

Um dos primeiros cuidados do comitê será o de ocupar-se com as publicações, desde que haja possibilidade, sem esperar poder fazê-lo com auxílio da renda; os fundos para isto destinados não serão, na realidade, senão um adiantamento, pois retornarão, pela venda das obras, e o produto voltará ao fundo comum. É um assunto administrativo.

Para dar a essa instituição uma existência legal ao abrigo de qualquer contestação, e dar-lhe, além disto, o direito de adquirir, receber e possuir, ela será constituída, se isto for julgado necessário, por ato autêntico, sob a forma de sociedade comercial anônima, por noventa e nove anos prorrogáveis indefinidamente, com todas as estipulações necessárias para que jamais possa afastar-se do seu objetivo, e que os fundos não possam ser desviados de sua destinação.

Sem aqui entrar em detalhes que seriam supérfluos e prematuros, devemos, entretanto, dizer algumas palavras sobre duas instituições acessórias do comitê, a fim de que não se enganem quanto ao sentido que a elas atribuímos. Queremos falar da caixa de socorro e da casa de retiro.

O estabelecimento de uma caixa geral de socorros é uma coisa impraticável, e que apresentaria sérios inconvenientes, como demonstramos num artigo especial (*Revista* de julho de 1866). O comitê não pode, pois, aventurar-se num caminho que em breve seria forçado a abandonar, nem empreender qualquer coisa que não



esteja certo de poder realizar. Ele deve ser positivo e não embalar-se em ilusões quiméricas; é a maneira de avançar por muito tempo e com segurança. Para isto deve, em tudo, ficar nos limites do possível.

Essa caixa de socorro não pode nem deve ser senão uma instituição local, de ação circunscrita, cuja prudente organização poderá servir de modelo a outras do mesmo gênero, que as sociedades particulares poderiam criar. É por sua multiplicidade que elas poderiam prestar serviços eficazes, e não centralizando os meios de ação.

Ela será alimentada: 1.º — pela parte da renda da Caixa Geral do Espiritismo a ela destinada; 2.º — pelos donativos especiais que a ela forem feitos.

Ela capitalizará as somas recebidas, de maneira a constituir uma renda, e é com essa renda que ela prestará os auxílios temporários ou vitalícios e cumprirá as obrigações de seu mandato, que serão estipuladas em seu regulamento constitutivo.

O projeto de uma casa de retiro, na acepção completa do vocábulo, não pode ser executado de início, em razão dos capitais que semelhante fundação exigiria, e, além disto, porque é preciso deixar à administração o tempo necessário para ela firmar-se e caminhar com regularidade, antes de pensar em complicar suas atribuições por empreendimentos nos quais poderia fracassar.

Abraçar muitas coisas antes de se ter assegurado meios de execução, seria uma imprudência. Compreendereis isto facilmente se refletirdes em todos os detalhes que comportam estabelecimentos desse gênero. Sem dúvida é bom ter boas intenções, mas, antes de tudo, é preciso poder realizá-las.

IX Conclusão.

Tais são as bases principais da organização que nos propomos dar ao Espiritismo, se as circunstâncias no-lo permitirem. Tivemos que desenvolver os motivos um pouco longamente, a fim de dar a conhecer o seu espírito. Os detalhes serão objeto de uma regulamentação minuciosa, na qual todos os casos serão previstos de maneira a levar em consideração todas as dificuldades.



Consequente com os princípios de tolerância e de respeito a todas as opiniões, que o Espiritismo professa, não pretendemos impor esta organização a ninguém, nem constranger quem quer que seja a submeter-se a ela. Nosso objetivo é estabelecer um primeiro laço entre os espíritas, que o desejam há muito tempo e se lastimam de seu isolamento. Ora, esse laço, sem o qual o Espiritismo, permanecendo no estado de opinião individual, sem coesão, não pode existir senão com a condição de se religar a um centro por uma comunhão de vistas e de princípios. Esse centro não é uma *individualidade*, mas um foco de atividade coletiva que age no interesse geral e no qual a autoridade pessoal se apaga.

Se ele não tivesse existido, qual teria sido o ponto de ligação dos espíritas espalhados em diversos países? Não podendo transmitir suas ideias, suas impressões, suas observações a todos os outros centros particulares, eles também disseminados e muitas vezes sem consistência, eles teriam ficado isolados, e a difusão da doutrina teria sofrido com isso. Era, pois, necessário um ponto onde todos chegassem, e de onde tudo pudesse irradiar. O desenvolvimento das ideias espíritas, longe de tornar esse centro inútil, fará que ele sinta melhor a sua necessidade, porque a necessidade de aproximação e de formação de um feixe será tanto maior quanto mais considerável for o número de adeptos.

Mas qual será a extensão do círculo de atividades desse centro? É ele destinado

a reger o mundo e a tornar-se o árbitro universal da verdade? Se ele tivesse essa pretensão, seria compreender mal o espírito do Espiritismo que, pelo simples fato de proclamar os princípios do livre exame e da liberdade de consciência, repudia o pensamento de se erigir em autocracia; desde o começo ele entraria num caminho fatal.

O Espiritismo tem princípios que, em razão de se fundarem nas leis da natureza, e não em abstrações metafísicas, tendem a tornar-se, e certamente tornar-se-ão um dia, os da universalidade dos homens. Todos os aceitarão, porque serão verdades palpáveis e demonstradas, como aceitaram a teoria do movimento da Terra; mas pretender que o Espiritismo em toda parte seja organizado da mesma maneira; que os espíritas do mundo inteiro sejam sujeitos a um regime uniforme, a uma mesma maneira de proceder; que eles devam esperar a luz de um ponto fixo no qual deverão fixar o olhar, seria uma utopia tão absurda quanto pretender que todos os povos da Terra um dia não formem senão uma nação, governada por um único chefe, regida pelo mesmo código de leis e sujeita aos mesmos costumes. Se há leis



gerais que podem ser comuns a todos os povos, essas leis serão sempre, nos detalhes da aplicação e da forma, apropriadas aos costumes, aos caracteres, ao clima de cada uma.

Assim será com o Espiritismo organizado. Os espíritas do mundo inteiro terão princípios comuns que os ligarão à grande família pelo laço sagrado da fraternidade, mas cuja aplicação poderá variar conforme as regiões, sem que por isto seja rompida a unidade fundamental, sem formar seitas dissidentes que se atirem pedras e o anátema, o que seria profundamente antiespírita. Poderão formar-se e formar-se-ão, inevitavelmente, centros gerais em diversos países, sem outro laço além da comunhão de crença e da solidariedade moral; sem subordinação de um ao outro, sem que o da França, por exemplo, tenha a pretensão de se impor aos espíritas americanos e vice-versa.

A comparação das observações que citamos acima é perfeitamente justa. Há observatórios em diferentes pontos do globo; todos, seja qual for a nação a que pertençam, estão baseados nos princípios gerais reconhecidos da Astronomia, o que, por isso, não os torna tributários uns dos outros; cada um regulamenta seus trabalhos como entende; eles compartilham as suas observações, e cada um coloca à disposição da ciência as descobertas de seus confrades. Será o mesmo com os centros gerais do Espiritismo; serão os observatórios do mundo invisível, que permutarão o que tiverem de bom e aplicável aos costumes das regiões onde estiverem estabelecidos, pois o seu objetivo é o bem da humanidade, e não a satisfação das ambições pessoais.

O Espiritismo é uma questão de essência; ligar-se à forma seria uma puerilidade indigna da grandeza do assunto. Eis por que os centros diversos que estiverem imbuídos do verdadeiro espírito do Espiritismo deverão estender-se a mão fraterna e se unirem para combater seus inimigos comuns: a incredulidade e o fanatismo.